O Conflito Indígena Yanomami: uma análise jurídica, histórica e geopolítica à luz do Direito Internacional e dos Direitos Humanos

Autor(res)

Carine Silva Diniz
Carlos Eduardo Dos Santos

Categoria do Trabalho

Extensão

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A questão indígena no Brasil constitui um dos mais complexos e persistentes desafios à efetivação dos direitos fundamentais e à consolidação do Estado Democrático de Direito. O caso do povo Yanomami, localizado majoritariamente entre os estados de Roraima e Amazonas.

Nos últimos anos, a presença de garimpos ilegais, a degradação ambiental, a crise sanitária e a omissão estatal resultaram em um cenário de grave violação aos direitos fundamentais desse povo. Tal contexto ultrapassa as fronteiras do Direito interno e ganha dimensão internacional, envolvendo organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Assim, esta pesquisa propõe uma análise jurídica, histórica e geopolítica do conflito Yanomami, com base no Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Ambiental e Direito Penal,considerando a responsabilidade do Estado brasileiro.

Objetivo

Promover a análise jurídica, histórica e geopolítica do Conflito Indígena Yanomami, por meio de uma pesquisa bibliográfica crítica e estruturada, destacando a responsabilidade do Estado brasileiro, os impactos ambientais e humanos, e a atuação dos organismos internacionais na defesa dos direitos dos povos originários

Material e Métodos

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental.
Optou-se por essa metodologia por se tratar de um estudo que busca compreender fenômenos sociais e jurídicos complexos como as violações de direitos humanos e a responsabilidade estatal .
Os materiais utilizados nesta pesquisa foram exclusivamente de natureza bibliográfica e documental.

Resultados e Discussão

A análise bibliográfica e documental permitiu identificar um conjunto de fatores estruturais que explicam a persistência e a gravidade do Conflito Yanomami, entre os quais se destacam:

1. Omissão histórica e estrutural do Estado brasileiro
2. Expansão do garimpo ilegal e degradação ambiental
3. Crise sanitária e humanitária
4. Reconhecimento internacional do conflito
5. Violação de direitos humanos coletivos

Os resultados evidenciam que o caso Yanomami é um exemplo paradigmático de como a distância entre o texto constitucional e a prática estatal compromete a efetividade dos direitos humanos e ambientais no Brasil.

Conclusão

O Conflito Yanomami revela a persistente contradição entre o discurso constitucional de proteção aos povos indígenas e a realidade da omissão estatal. A efetivação dos direitos dos povos originários requer a adoção de políticas públicas eficazes, baseadas no respeito.

Caso Yanomami transcende o campo jurídico, envolvendo dimensões históricas, culturais e geopolíticas que reafirmam a necessidade de uma governança global comprometida com os direitos humanos e a justiça ambiental.

Referências

* BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
* BRASIL. Lei nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente.
* ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.
* ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
* CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Casos e relatórios sobre povos indígenas (2001–2024).
* RICARDO, Carlos Alberto; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2011–2016.* São Paulo: ISA, 2017.
* MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco.* 11. ed. São Paulo: RT, 2023.
* SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo.* 43. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.